

O príncipe exemplar: o *Clarimundo* de João de Barros como modelo de príncipe dirigido ao futuro rei D. João III

The exemplary prince: the "Clarimundo" of João de Barros as model of prince directed to the future King D. João III

*Flávio Antônio Fernandes Reis*¹

RESUMO

Nesse artigo propomos estudar aspectos retóricos da narrativa de cavalaria de João de Barros e suas articulações com a filosofia moral, mais precisamente, com aqueles saberes e doutrinas dirigidos à educação régia. Publicado em 1522, dedicado ao príncipe e depois rei D. João III, a narrativa conhecida atualmente como "Crônica do Imperador Clarimundo" é um compêndio retoricamente constituído com artifícios discursivos e figurações que evidenciam as virtudes próprias do príncipe, juntando ao deleite das narrativas de cavalaria o proveito dos exemplos que nelas são preconizados.

Palavras-chave: João de Barros. Cavalaria. Retórica. Clarimundo.

ABSTRACT

In this article we propose to study rhetorical aspects of the narrative of João de Barros and its articulations with the moral philosophy, more precisely, with doctrines about the royal education. Published in 1522, dedicated to the prince and later king D. João III, the narrative known today as "Chronicle of the Emperor Clarimundo" is a compendium rhetorically constituted with discursive artifices and figurations that evidences the virtues proper of the prince, joining to the delight of the narratives of cavalry the benefit of the examples that are painted on them.

Keywords: João de Barros. Cavalaria. Retórica. Clarimundo.

A obra de que tratamos nesse estudo foi publicada pela primeira vez em 1522, nas prensas do impressor Germão de Galharde, em Lisboa, composta pelo letrado João de Barros, na altura, moço de câmara do príncipe

¹ Doutor em Literatura Portuguesa pela USP e docente do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: flavusp@gmail.com.

D. João, filho de D. Manuel I e da Rainha D Maria de Castela.² Da *editio princeps*, de 1522, há apenas dois exemplares completos e um fragmento, sendo um deles da Biblioteca de Vila Viçosa, o fragmento da Biblioteca Nacional de Lisboa e o outro exemplar completo, de que nos valem, pertence à Biblioteca Nacional de Madrid.³ Trata-se de um impresso elegante, legível, com portada na qual estampa-se a figura de Clarimundo e a genealogia dos reis portugueses desde D. Sancho e D. Henrique até D. João III. Saiu das prensas de Germão de Galharde, impressor francês radicado em Portugal e que mais publicou obras no século XVI em terras lusitanas, depois de João de Barreira. Entre 1509 e 1561, imprimiu em Lisboa e em Coimbra, nas prensas do Mosteiro de Santa Cruz, usando na maioria dos livros caracteres góticos. Seus emblemas tipográficos trazem a esfera armilar, o escudo de armas reais e um grifo no timbre. Galharde imprimiu outras narrativas de aventuras de cavaleiros, como as três partes do *Florando de Inglaterra*, impressas em 1545.⁴

No caso do *Clarimundo*, as manchas trazem tipos em letra gótica menor, cada capítulo é introduzido por uma letra ornamentada e os fólios são enumerados nos versos, do lado direito superior da página com números romanos. A obra compõe-se pela “Tavoada” dos três livros; por dois

² Acerca de D. João III, dirigimos o leitor ao excelente estudo realizado por Ana Isabel Buescu, intitulado *D. João III*, para a coleção “Reis de Portugal”: BUESCU, Ana Isabel. *D. João III*. Lisboa, Temas e Debates, 2008.

³ *Prymeira parte da crónica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem*, de João de Barros. Lisboa, Germão de Galharde, 1522. Biblioteca Nacional de Madrid (R-11-727). Há um exemplar da segunda impressão, de 1555, na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa. As outras edições são: 1601: *Clarimundo*. Lisboa, António Alvarez, a custa de André Lopes e outra a custa de Hierónimo Lopes. 1742: *Chronica do Emperador Clarimundo*. Lisboa, Na Officina de Francisco da Sylva. 1791: *Chronica do emperador Clarimundo, donde os reis de portugal descendem, tirada da linguagem ungara em a nossa...* Lisboa : Officina de Joao Antonio da Silva. Desta edição há um exemplar na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. 1953: *Crónica do imperador Clarimundo*: Com pref. e notas do prof. Marques Braga. Lisboa : Sá da Costa.

⁴ Cf. Aurélio Vargas Díaz-Toledo. Os romances de cavalaria portugueses na sua versão impressa. In: *Os livros de cavalaria portuguesas dos séculos XVI – XVIII*. Lisboa: Pearlbooks, 2012, p. 47.

prólogos: “Prólogo feyto depouys desta obra imprensa”, dirigido ao rei D. João III e um “Prólogo sobre a trasladaçam da primeira parte da cronica do emperador Clarimundo...”, dedicado ao príncipe D. João; a “Concordança que o trasladador faz antre dous cronistas sobre a vinda de dom Anrique nestes reynos despanha e sobre sua genealogia.”; por 114 capítulos, divididos em três livros: o *libro primeiro*, do fólho III ao LIII, do capítulos I ao XXXVIII (sic) (34 capítulos); o *libro segundo*, do fólho LIII ao CXXIII r., do capítulo XXXV ao LXXVIII (43 capítulos) e o *libro terçeyro*, do fólho CXXIII r. ao CLXXVI, do cap. LXXIX ao CXVIII (35 capítulos).⁵ Há um evidente equilíbrio na extensão dos capítulos, ordenados em três livros: o livro primeiro trata da família, do nascimento, da criação, da sagração do herói como cavaleiro, de várias batalhas, entre elas, o embate com os gigantes Learco e Pantafasul para libertar a rainha Briaina que reconhece em Belifonte seu filho Clarimundo. O primeiro livro conclui-se com a chegada e os combates da Ilha Perfeita. Nesse livro chama-se Belifonte e Cavaleiro das Lágrimas Tristes. O livro segundo trata dos amores do cavaleiro, os feitos em armas, os episódios de corte, sobretudo em Constantinopla. Nesse livro ocorre a aventura na qual Clarimundo, encantado pelo “vaso de esquecimento” dado de Farpinda, torna-se o “Cavaleiro Descuidado” que a tudo respondia “em metro”. O terceiro livro trata das “grandes cousas” que profetizou o Sábio Fanimor sobre os reis de Portugal, a traição de cavaleiros, as maiores lutas de reis cristãos contra turcos, o casamento com a princesa Clarinda de Constantinopla.⁶

⁵ No apêndice final encontra-se um cotejo entre a “tavoada” de capítulos da *editio princeps* (reimpressão de 1555 e a editada de 1601); e as edições de 1742 (base das posteriores).

⁶ O exemplar da *editio princeps* utilizado é cópia digital do livro que pertenceu à biblioteca de Pascual de Gayangos, célebre estudioso ibérico de narrativas de cavalaria. Ademais, é curioso que a narrativa de João de Barros compartilhe a mesma encadernação que o livro *Espelho de Cristina*, de Cristine de Pisan, impresso em 1518 a mando da Rainha velha, D. Leonor. Embora sejam dois impressores diferentes: Germão de Galharde e Herman de Campos; e as obras estampadas com quatro anos de distância, a encadernação com os livros geminados não parece compor uma compilação desatada de obras, mas reunir em volume

Francisco Sotero dos Reis, intelectual maranhense novecentista, escreveu um curioso capítulo acerca da obra de João de Barros, especificamente sobre o *Clarimundo*, no segundo tomo do *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, publicado em 1867. Curioso porque, como autor novecentista, compõe uma análise biografista da obra de Barros; todavia, como crítico atento, chama atenção para aspectos composicionais do texto que foram pouco explorados pela crítica ulterior e ressalta, na invenção do Clarimundo, sem dizer o termo, a imitação do canto sexto da *Eneida* de Virgílio e os cuidados estilísticos da escrita de Barros, enaltecendo os ritmos da sua prosa imitados das obras de Tito Lívio:

Obra summamente engenhosa, mormente si se attender à idade em que a compoz o autor, e cheia de muitos episódios, incidentes variadíssimos, bellas descrições, cujo maravilhoso funda-se na magia muito em voga na idade média, ou no tempo da cavallaria andante, e cujo heroe é o referido principe Clarimundo, flor de todos quantos cavalleiros andantes veria o mundo. Nelle prediz o grande Sábio Fanimor ao heroe toda a sua illustre descendencia de reis portuguezes, cujos nomes e feitos principaes menciona, à exemplo de que pratica a sombra de Anchises com Eneas, designando-lhe no livro sexto da Eneida as grandes sombras dos futuros heroes romanos. Já daqui se deixa ver a grande licção que Barros tinha de Virgílio, assim como a tinha de outros classicos latinos.⁷

A proeminência dada ao episódio de Fanimor e o comentário sobre os episódios maravilhosos da composição narrativa tiveram longa fortuna no julgamento dos manuais de literatura sobre a narrativa cavaleiresca. Contudo, a atenção ao “maravilhoso”, caracterizado minimamente na passagem, e a alusão à imitação dos antigos raramente foram reforçados. Aqui, o classicismo

único obras de gênero semelhante, ou seja, obras de ensinamento moral: numa, as excelências e virtudes do príncipe figuradas no caráter do Clarimundo; noutra, as virtudes das princesas, das mulheres burguesas e das religiosas.

⁷ SOTERO DOS REIS, Francisco. *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, tomo II, p. 345.

novecentista permite aludir às fontes de invenção, muito embora o valor da narrativa desbote-se no alegado descrédito de Cervantes sobre as narrativas de cavalaria. Com isso, Sotero dos Reis exime-se de maiores delongas com histórias que “cansão por fim o espírito, como as prodigiosas histórias das Mil e uma noites” e comenta brevemente a cena da Torre de Sintra, o mais célebre dos capítulos da terceira parte do *Clarimundo*.

Seguindo os juízos comentados, os manuais de literatura portuguesa apresentam certa homogeneidade no tratamento crítico da narrativa cavaleiresca de João de Barros, tomando-a por: “esboço de epopeia, antecessor de Camões”⁸; “continuação ou glosa da *Eneida*, confusão entre noções de história e epopeia, gestação do poema épico, ante-projeto das *Décadas*”⁹; “uso da matéria lendária para fins históricos e nacionais”¹⁰; “emaranhado labiríntico em que se confundem elementos cavaleirescos, alegóricos, fantasmagóricos e sobrenaturais”, “exagero extraordinário na descrição dos duelos, em que cavaleiros muito feridos combatem como sãos, com vigor físico impossível”, “selva frondosa de acontecimentos”, “conjunto de aventuras mais impossíveis e mais descomunais, pertence à estirpe dos *Amadises*, patriotismo e pressentimento da epopeia”.¹¹ Na maioria desses comentários, chama a atenção o uso de qualificadores vagos e imprecisos, sobretudo o termo “epopeia”, usado genericamente sem preocupação histórica e filológica em relação ao “gênero épico” aludido por Aristóteles na *Poética* e geralmente tratado pelos comentadores das preceptivas antigas. No século XVI, para trazer apenas uma acepção corrente do termo, epopeia dizia respeito à composição imitativa na qual se observavam convenções muito precisas:

⁸ TEÓFILO BRAGA, *Camões*, vol. II, pp. 388-400, passim.

⁹ SARAIVA, António José. *Para a História da Cultura em Portugal*, pp. 118-119, 131.

¹⁰ FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *A novelística portuguesa do século XVI*, op. cit., p. 32.

¹¹ MARQUES BRAGA. Prefácio. In: *Clarimundo*, vol. I, pp. XXXIX-XLIV.

O fim da epopeia, segundo a preceptiva aristotélica é imitar ações elevadas engendradas por homens elevados, entre os deuses e os baixos. De modo análogo à preceptiva aristotélica, Horácio, na epístola ad pisones, e os modernos, Scalígero e Minturno, para citar alguns, definem o “poema heroico” segundo critérios semelhantes ao proposto por Tasso: “Diremos pois que o poema heroico seja imitação de ação ilustre, grande e perfeita, narrando com altíssimo verso a fim de mover os ânimos com a maravilha e ensinar desta maneira”.¹²

Mais ainda, no tempo de composição da narrativa de Barros, a *Poética* era um texto recentemente redescoberto e pouco conhecido. Na segunda metade do século XVI, ela se tornou praticamente o fundamento das preceptivas e dos julgamentos das obras poéticas, comentada, interpretada e ampliada por letrados e poetas, tais como Robortelo, Escalígero, Castelvetro, Torquato Tasso, Minturno e outros.¹³ Ou seja, com sentido livre, familiar mas estranho à noção quinhentista de epopeia, os juízos mencionados usam “epopeia” genericamente e a entendem como qualquer ação de grandes proporções históricas realizadas por um herói notável, sem memorar nenhuma convenção ao termo. Esse é o sentido que “epopeia” passou a ter nos usos mais recentes da crítica literária, contudo, a universalização do termo para as práticas letradas do século XVI, se em alguns autores foi interessante e profícua, não serve para o estudo que ora se propõe, visto que se busca uma leitura do texto de João de Barros segundo os seus pressupostos coetâneos de composição.¹⁴ Ademais, não temos notícia de nenhuma análise

¹² HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico. In: *Multiclássicos*. Ivan Teixeira (org.) São Paulo, Edusp, 2008, p. 29.

¹³ Cf. Bernard Weinberg. *Estudios de poética clasicista Robortelo, Escalígero, Minturno, Castelvetro*. Edición, selección de textos y prólogo de Javier García Rodríguez. Traducción al español de Pedro Conde Parrado y Javier García Rodríguez. Madrid, Arco/Libros, 2003.

¹⁴ A matéria de cavalaria portuguesa, nas últimas décadas, tem deixado o epíteto de “gênero menosprezado”, no dizer de Jorge Alves Osório, para alcançar o caráter de objeto de investigação, análise e debates de estudiosos portugueses e brasileiros. E não seria para menos. Como observa Aurélio Vargas Diaz-Toledo, da publicação do *Clarimundo* de João de Barros, em 1522, à reedição da terceira e quarta parte do *Palmerim de Inglaterra, na qual se*

que leve em conta os procedimentos retóricos e poéticos das crônicas de cavalaria, evidenciando seu funcionamento discursivo a partir de categorias de usos do discurso ornamentado.

Os preceitos latinos provenientes de obras de Cícero, Horácio e Quintiliano reverberam nas composições quinhentistas, regulam os gêneros, as tópicas e os ornamentos comentados pelos letrados.¹⁵ No *Clarimundo*, tanto pelo que seu título propõe, como pela ordenação e constituição do caráter do príncipe cavaleiro, sobreleva-se a proeminência do gênero demonstrativo ou encomiástico. João de Barros ajuizou sua obra de juventude como “hua pintura metaphorica de exercitos, e vitorias humanas, nesta figura racional do Emperador Clarimundo”. A noção de “figura” está para a ideia de “pintura”, que na chave epidítica diz respeito ao exemplo, à *evidentia*, à demonstração da virtude. “Racional” está para a *arte*, no sentido retórico, da operação de artifícios que compõem efeitos provenientes do engenho, em oposição ao acaso que regula a natureza. O binômio, portanto, diz respeito à composição do caráter de Clarimundo como “figura” encomiástica da Casa Real Portuguesa, artifício de discurso panegírico que opera pela proporção entre o passado e o presente pressuposta na genealogia epidítica.

Segundo a *Institutio* de Quintiliano, entende-se por demonstração uma *evidens probatio*, ou seja, uma prova evidente que tenha meio de provar as

tratam as grandes cavallerias de seu filho, o príncipe Dom Duardos Segundo, de Diogo Fernandes, publicada em 1604, há pelo menos vinte e cinco edições do gênero em Portugal, sem contar os diversos manuscritos conhecidos desse período. No que diz respeito à recepção, trata-se de um número expressivo para livros que não gozavam das simpatias de clérigos e moralistas. Cf. DÍAZ-TOLEDO, Aurélio Vargas. A literatura cavaleiresca portuguesa: estado da questão. In: *De cavaleiros e cavalarias. Por terras de Europa e America. Anais do Congresso Internacional de matéria de cavalaria*, 2011, p. 146.

¹⁵ Para tanto, dirigimos o leitor à pioneira e histórica obra de Ernst Robert Curtius, *Literatura europeia e Idade Média latina*, sobretudo os capítulos IV – Retórica e o Cap. VIII – Poesia e Retórica. E. R. Curtius. *Literatura Europeia e Idade Media latina*. Trad. de Teodoro Cabral e Paulo Rónai. Rio de Janeiro, Instituto nacional do Livro, 1957.

coisas duvidosas pelas coisas certas.¹⁶ Assim, a prova reside no *argumentum*, entendido como razão que fornece a prova, da qual infere-se um pensamento em terceira relação, confirmando-se o que é duvidoso a partir do sabido. Com isso, sabemos também que os melhores argumentos residem naquilo que se pode perceber pelos sentidos - os olhos, a audição - e dos quais temos sinais: *quae sensibus percipiuntur, ut quae uidemus, audimus, qualia sunt signa*. Assim, Quintiliano defende que, para melhor se servir dos argumentos, é necessário conhecer o valor (*uis*) e a natureza (*natura*) de cada coisa com seus efeitos ordinários, sendo aquilo que os gregos chamaram de *eikon* e Quintiliano chama de *credibilia* (verossímil). Nesse ponto, importa destacar a noção de *sedes argumentorum* ou lugares-comuns ou então lugares que fornecem os argumentos, as tópicos do discurso e sua regulação pelo decoro, ou seja, adequação, com o gênero, a matéria, o interlocutor e as circunstâncias de enunciação. Desse modo, posto que os argumentos se dividem entre pessoas e coisas e que aspectos como a causa, o tempo, o lugar, a ocasião, o instrumento e a maneira sejam elementos acidentais, vejamos os lugares-comuns de pessoas: 1. a família (*genus*), porque acredita-se que os filhos parecem com seus pais e esses com seus ancestrais e esta semelhança é muitas vezes a causa dos atos honestos ou vergonhosos. 2. A nação (*natio*), porque cada uma tem seus costumes próprios e a mesma coisa não é recebida do mesmo modo por um bárbaro ou um romano ou um grego. 3. A pátria (*patria*), porque as leis, as instituições, as opiniões dos cidadãos se diferenciam. 4. O sexo (*sexus*), sendo dado que se acredita mais facilmente em um roubo da parte de um homem que de uma mulher e de um envenenamento da parte de uma mulher. 5. A idade (*aetas*), porque as conveniências variam com os anos. 6. A educação e a

¹⁶ Quint. Inst. Oratória, V, 10, 8: *Utrumque autem quamquam diuersi auctores eodem modo finiunt, ut sit: ratio per ea, quae certa sunt, fidem dubiis adferens, quae natura est omnium argumentorum, neque enim certa incertis declarantur: "Autores, que se opõem porém em outros pontos, estão de acordo para definir um (os epíqurema) e outros (a apodixe) da mesma maneira: o meio de provar as coisas duvidosas pelas coisas certas, sendo isto próprio de todos os argumentos, porque não se pode provar o certo pelo incerto."*

disciplina (*educatio et disciplina*), porque importa saber por quem e como fora instruído. 7. Características físicas (*habitus corporis*), diz-se dos argumentos relativos à feiúra ou à beleza, à força, às vontades e seus contrários. 8. A fortuna (*fortuna*), porque não se pode esperar os mesmos atos de um pobre ou de um rico, de um homem que tenha muitos amigos e parentes de outro que não tenha nenhum. Há também grande diferença entre um homem célebre e um desconhecido, entre um magistrado e um particular, entre pai e filho, entre estrangeiro e cidadão, entre o livre e o cativo, entre o solteiro e o casado, um pai de família e um homem sem filhos.¹⁷ Operando com esses preceitos na composição do caráter de Clarimundo, a narrativa articula os lugares-comuns do discurso epidítico, passo a passo, sobretudo no que diz respeito à educação do príncipe Belifonte/Clarimundo:

Belifonte (q[ue] assi avia nome Clarimundo por causa da fonte onde o Grionesa achara e da beldade [de] sua fermosura:) estava naquela ylha avondosa que com o reyno de çezilia confyna. e creçia assy em virtude e cortesia como em esforço e desposiçam. E depois de Grionesa mãdar trazer de greçia huu[m] grande fylosofo pera o ensinar em todallas artes que a tal pessoa convinham e elle ser nysso muy perfeito. gastava o tempo em ler as cousas dos cavaleiros passadose folgava de ouvir os presentes faziã louvando muyto este exerciçio. E enfadandose as vezes nisto hia a montear por ser auto de guerra onde matava muitos por porcos:veados;e outras alymarias feras: e[m] que levava tanto gosto que o mais do te[m]po de sua mocidade em quanto nam reçebeo ordem de cavalaria neste desenfadamento gastou.¹⁸

Retoricamente, o capítulo X dramatiza as tópicas de “elogio do soberano” e evidencia o binômio recorrente da educação áulica: as armas e as ciências, o *topos* da *sapientia et fortitudo*, tão celebrado em obras de corte do século XV e XVI: o *Orlando Innamorato* propõe a conversação noturna sobre

¹⁷ Cf. Quintiliano. *Inst. Orat.* V, 10, 23-30.

¹⁸ *Clarimundo*, cap. X, fol. XI.

armas e ciências, Ariosto evoca a tópica no canto 20 do *Orlando Furioso* “uns armas seguem, outros estudos cultos” e por fim, o célebre verso do Canto VII d’Os *Lusíadas* que recoloca a tópica na formulação “Nũa mão sempre a espada, e noutra a pena”. Ademais, pela chave do discurso epidítico, a narrativa compõe-se pela dramatização de uma série de lugares-comuns relativos à educação de príncipes: a beleza física (beldade), as virtudes morais (virtude, cortesia, esforço, disposição), a sabedoria, a coragem, a força. Ou seja, segundo um costume retórico antigo, o discurso de elogio de reis mobiliza o que Curtius chamou de “quatro primazias naturais” tais como a nobreza, a força, a beleza e a riqueza, que se associam, por sua vez, às virtudes.¹⁹ Essas tópicas, além do elogio e da elevação do príncipe, simulam os esforços dos príncipes nos embates reais: simulam nos animais e nas caçadas as guerras. Essa simulação, no caso do Clarimundo, é bastante eloquente, dado que seu inimigo potencial, ao longo de toda a narrativa, será o infiel turco. Nesse sentido, o narrador realiza, desde já, uma proporcionalidade na qual o pequeno Clarimundo está para o adulto e as “alimárias” estão para os inimigos, os turcos infiéis. Com isso, desde a figuração da infância há uma propaganda para a “guerra santa”, a única justificável, segundo os ensinamentos de Frei Antonio de Beja, dirigido ao rei D. Manuel. Para Isabel Almeida, a descrição do capítulo X, sobre a educação de Belifonte, pode ser entendida como “um esquisso da disciplina a seguir por qualquer cavaleiro”, no entanto, como lembra Almeida, Belifonte tem como fim a ascensão ao trono de Constantinopla. Desse modo, não se trata da educação de qualquer fidalgo, mas do futuro imperador, do futuro soberano de Constantinopla e fundador da linhagem dos reis portugueses. Nesse sentido, João de Barros certamente emulou na sua diegese uma educação, segundo a prática e os costumes de seu tempo que, na formulação de Isabel

¹⁹ CURTIUS, Ernst Robert. Heróis e soberanos. In: *op. cit., Literatura Europeia e Idade Média Latina*, p. 188-189.

de Almeida, é uma educação “tocada de humanismo, deixando na crônica fabulosa, por este viés, um sinal: como por uma coincidência própria dos grandes destinos, Clarimundo recebe criação adequada a um rei.”²⁰

Ademais, ainda conforme Isabel Almeida, os autores de narrativas de aventuras de cavaleiros, de Barros a Baltasar Gonçalves Lobato, autor da *Crônica do famoso príncipe Don Clarisol de Bretanha*, ocupam-se da matéria sobre a educação principesca, assunto de primeira ordem nas dinâmicas de corte, como podemos observar numa passagem do *Palmerim de Inglaterra*, dedicado ao rei D. Sebastião:

(...) muito devem olhar os reis na criação e costume de seus filhos, tendo tal vigilância neles que saibam que são exercitados em obras virtuosas, pera que depois ao tempo do despedir vão descansados com cuidar que deixam a seu súditos rei e amigo deles, e não dissipador de seus povos, como algumas vezes acontece a reis novos, a que o esquecimento de seus pais deixou criar em vícios ou em conversação de homens viciosos, que exercitando seus costumes usam pior deles quando o tempo e a fortuna lhe dá poder quando o possam fazer.²¹

Voltando à passagem sobre a educação de Clarimundo, há um elemento que merece destaque: o Infante educa-se “em ler as cousas dos cavaleiros passados, e folgava de ouvir as que os presentes faziam, louvando muito este exercício.” Ou seja, Barros, diferentemente de alguns moralistas de seu tempo, insere a narrativa de batalhas e feitos como leitura adequada para a educação do príncipe. Desse modo, em sentido mais estrito, justifica-se propriamente a empreitada da escrita do *Clarimundo*, livro evidentemente

²⁰ Cf. Isabel de Almeida. *Livros portugueses de cavalaria: do Renascimento ao Maneirismo*, op. cit., p. 167.

²¹ *Palmerim de Inglaterra* apud Isabel de Almeida. In: *Livros portugueses de cavalaria: do Renascimento ao Maneirismo*, op. cit., p. 168.

composto com muitas partes para o ensinamento dos preceitos adequados a príncipes.

Assim, os procedimentos mínimos da educação principesca preconizada no capítulo X do Clarimundo compõem-se das seguintes diretrizes: os cuidados do príncipe devem ser atribuídos a fidalgos de linhagem, como é caso de Grionesa e como fora o caso de Drongel e Urbina, nobres súditos do rei Adriano; o treinamento no uso de armas e na arte da caça; o fortalecimento do espírito por meio de leituras edificantes dos feitos do passado e do presente e a tutela de mestres excelentes (no caso, vindos de Grécia). Como demonstra Isabel Almeida, elementos como estes aparecem em obras congêneres do século XVI, delineando-se, com isso, um esquema pedagógico também verificável em regimentos quinhentistas que, segundo defende a autora, “tem, *grosso modo*, correspondência na prática seguida em Portugal, refletindo a funda convicção de que não basta o sangue de nascimento para que o destino se cumpra.”²²

Faz-se necessário acrescentar que, embora a descrição pressuponha uma empiria, do ponto de vista da constituição da fábula, isto é, o conjunto de ações, trata-se de uma descrição decorosa, segundo os ditames do discurso epidítico, no que diz respeito ao elogio da educação. Nesse sentido, convém ao príncipe ser educado pelo treinamento corporal, para a guerra; pela edificação humanista e moral para o governo dos homens e, de modo conveniente, as tópicos verificadas por Isabel Almeida vão deslindando a figura de um modelo de príncipe, conformado num discurso fabuloso que dramatiza tópicos que levam ao deleite e ao ensinamento. Além disso, como já mencionamos, em se falando de tópicos, os elementos que compõem a

²² Cf. Isabel de Almeida. In: *Livros portugueses de cavalaria: do renascimento ao maneirismo*, op. cit., p. 169.

educação principesca corroboram o binômio quinhentista de excelência civil composto pela habilidade nas armas e nas letras.²³

Entendendo a narrativa cavaleiresca de João de Barros como uma figuração da monarquia portuguesa “pintura metaphorica de batalhas e vitorias humanas” e o caráter do Clarimundo como “figura racional”, a representação do príncipe na narrativa, numa chave epidítica, figura o próprio príncipe português, num artifício de proporcionalidade metafórica ou, se quisermos, um monumento de reconhecimento e legitimação do poder monárquico e da Casa de Avis. Nesse sentido, proporcionalmente, o rei cumula-se dos atributos tantas vezes figurados na narrativa e atribuídos a Clarimundo, tais como: defensor e protetor, justiceiro, virtuoso, corajoso, atributos esses que garantem o equilíbrio entre as diferentes forças, salvaguardando sempre a fé e as virtudes. Isso se evidencia em toda a obra, compondo nas virtudes do cavaleiro a unidade do livro: no capítulo XXXVI e seguintes do livro II, Clarimundo está curado de sua chaga de nascença pela força do amor de Clarinda e enfrenta aventuras que colocam à prova sua temperança e fidelidade. Nesse mesmo capítulo XXXVI, Clarimundo

²³ Sobre isso, embora imbuído de certo idealismo, merece destaque o excelente texto “Armas e letras. Um topos do humanismo cívico”, de Luís de Sousa Rebelo, publicado no livro *A tradição clássica na Literatura Portuguesa*. Dele, destacamos a seguinte passagem, útil para o enriquecimento das considerações propostas: “É com efeito, nesse quarto de século do reinado de D. João III (1521-1550) que o tópico das armas e das letras atinge a sua consumação ideológica, passando a ser copiosamente glosado, em contextos diversos, e integrado num ideal de Humanismo Cívico *sui generis*, que difere do que em Itália se havia concebido e com o qual o pensamento dos letrados de 1385 ainda tinha tido as suas afinidades. O intelectual português de formação humanística encontra-se, então, em completa sintonização com a política cultural da Coroa e pronto a aceitar o empenhamento cívico que a adesão a tal política dele irá exigir. João de Barros salienta, com particular insistência, no seu Panegírico de D. João III (1533), que já não é possível manter-se o conflito entre as armas e as letras, em virtude do interesse que por estas tem o monarca, em cuja Corte elas florescem com invulgar esplendor. E defende vigorosamente a ideia de que o bom conselho e a autoridade das letras são essenciais ao governo da nação, seja na paz ou na guerra, devendo aqueles, que têm a obrigação de aconselhar o Rei, ser “prudentes e discretos”, se não forem letrados. REBELO, Luís de Sousa. “Armas e letras. Um topos do humanismo cívico”, de Luis de Sousa Rebelo. In: *A tradição clássica na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1982, pp. 208-209. Cf. também Ernst Robert Curtius. Heróis e soberanos. In: *Literatura Europeia e Idade Média Latina*, op. cit., pp. 174-179.

encontra-se na Alemanha, no ducado de Singona, onde sua fama é celebrada pelo povo: “Este é aquele Clarimundo, as obras do qual são glória do mundo. Do que ele era espantando, vendo que o conheciam em parte tão desviada de sua conversação.” Esse capítulo introduz uma secção da narrativa na qual Clarimundo, consagrado como guerreiro virtuoso, príncipe de Hungria e servidor de Clarinda, demonstra seu merecimento ao trono de Constantinopla por suas virtudes principescas, sobretudo pela pureza de seu amor. Deste passo em diante passará por aventuras que colocam à prova sua fortaleza e fidelidade, de acordo com a lei regente do mundo, segundo o dito final do capítulo XXXVI: “Esta é a qualidade da Fortuna, começar em pouco para vir a muito”. Nesse sentido, observando a *dispositio* das matérias nos três livros, a narrativa de João de Barros narra em parte do livro II e na integralidade do livro III as aventuras que figuram as virtudes principescas de Clarimundo e, por consequência, o merecimento de sua coroação como imperador de Constantinopla e a veracidade dos vaticínios sobre sua nobre descendência em terras lusitanas.

Em outra direção, mesmo nas passagens nas quais se figuram os vícios, o artifício retórico resulta numa amplificação da virtude implicada na construção do seu contrário, tal como na descrição das relações entre o tirano Filenor e seus súditos:

Fylenor era tam aspero e cruel que convertia a vontade de todos em odio contrelle. e muytos estavam aly a q[ue] ele tinha morto pay irmãos marido e outros parentes: por que quando matou seu irmão por alguu[n]s nam consentyrem no que queria vingouse depois nelles e por esta causa todos desejavam deo ver destruido.²⁴

O ensinamento dessa passagem evidencia um contraexemplo para o governante: para Filenor pinta-se um caráter notadamente tirânico, caracterizado por vícios como a cólera, a desmesura, a violência, de tal modo

²⁴ *Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem*, fo. XV r.

que seu fim exemplar enfatiza as diferenças entre os vícios de Filenor e seu contrário evidente: Clarimundo (conhecido no episódio como Belifonte) e suas virtudes. O repúdio à desmesura e à tirania revela-se no fim daquele que a encarnava: “derrubado do cavalo por Belifonte, com pé preso, fez-se em mil pedaços”. A hipérbole, figura de pensamento abundante no *Clarimundo*, cumpre sua função mais recorrente como artifício de elocução: a amplificação das virtudes ou vícios figurados na dramatização encomiástica. A cena conta ainda com a alegria do povo diante do extermínio da tirania: “E a este tempo já o povo da cidade saía em tanta quantidade, que cobria o campo, e todos juntamente a uma só voz davam graças a Deus.”²⁵

Com isso, observa-se que a representação do tirano, em vários momentos da narrativa, figura-se como antiexemplo, configurando a necessária dicotomia dos textos de ensinamento moral. Esse aspecto, se nos lembrarmos dos livros de ensinamento de príncipes e, sobretudo, do *Policraticus* de John de Salisbury, encontra-se recorrentemente na tratadística de educação áulica, sobretudo, naqueles que se valem dos exemplos históricos, contrapondo as dicotomias dos caracteres célebres da antiguidade segundo suas virtudes e vícios. Quanto a isso, é interessante ler uma passagem citada por Isabel Almeida do *De regnandi peritia*, obra dedicada a Carlos V por Agostinho Nifo, imitador de Maquiavel:

Invero troverai brevemente illustrati en questi libri tanto i comportamenti tirannici quanto quelli regali, così come nei libri di medicina si parla sia di veleni che di antidoti: i primi perché tu li eviti, i secondi per imitarli.²⁶

Nos livros de cavalaria em geral, sobretudo no *Clarimundo*, esse contraste é fartamente explorado, estabelecendo oposições de tal modo

²⁵ *Idem*, fo. XV v.

²⁶ Agostino Nifo, “De regnandi peritia”, apud Isabel de Almeida. *Livros portugueses de cavalaria: do Renascimento ao Maneirismo*, op. cit., p. 207.

marcantes que ao leitor não há meios de escapar. Nesse sentido, numa dimensão do ensinamento, não há lugar para ambiguidades morais como se valorizará nos romances recentes, mas tão somente busca-se evidenciar o exemplo e enaltecê-lo pelo *chiaroscuro* da narrativa: assim, o rei exemplar, em oposição ao tirano, será aquele que se rege pela razão, pelo decoro, pelo comedimento, pela discrição e pela justiça, demonstrada nos feitos, nas relações estabelecidas entre as dezenas de personagens com as quais se encontra e que, muitas delas, cumprindo seu papel de evidenciar o caráter do protagonista, desaparecem na narrativa.

No último capítulo do livro II, o Autor pede ao leitor que dedique seus sentidos a valores mais elevados que aqueles até então tratados:

Leyxaremos agora hu[m] pouco as cousas de Greçia por falar em outras mais altas: a q[ue] he nessçesario os sentidos muy prontos: pois as grãdes e de grãdes fundame[n]tos nã se alcãã com elles ocupados.²⁷

Essas palavras fazem as vezes de epílogo do livro II e, ao mesmo tempo, servem como exórdio para o livro III no qual se “contam as grandes cousas, que o sábio Fanimor profetizou dos Reis de Portugal”. Desse modo, no livro terceiro compõe-se todo o panegírico da Casa Real portuguesa pela evidenciação dos merecimentos de Clarimundo como Imperador de Constantinopla, como príncipe virtuoso, escolhido e protegido por Deus desde o nascimento para a governação e, sobretudo, para a luta contra os infiéis. Nesse sentido, no terceiro livro, reforça o caráter de Clarimundo como cavaleiro incansável e invencível na perseguição dos turcos, em favor da fé e da expansão do cristianismo pelo mundo.

Assim, se no livro II, a chegada na Ilha Perfeita e a vitória conquistada na casa de cada virtude demonstram os merecimentos de Clarimundo como

²⁷ *Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem*, fo. CXXIII r.

príncipe virtuoso e, portanto, merecedor de adentrar a Casa da Perfeição, na continuação, as aventuras e ações figuram Clarimundo como cavaleiro casto e fiel à Clarinda, senhora de sua alma. No livro III, preconiza-se o caráter de Clarimundo como inimigo dos turcos e cavaleiro da guerra santa. Em toda a obra, o narrador conclui capítulos e episódios com ditos de ensinamento, moralizando a cada passo os feitos das personagens e em vários episódios, a ação representada torna-se figuração de um ensinamento que é imediatamente explicitado ao fim do episódio ou, mais comumente, por meio de comentários que seguem os episódios. Por exemplo, nos capítulos finais do segundo livro, Clarimundo, esquecido de suas coisas por causa da poção de Farpinda, responde a quem lhe pergunta “em metros”, falando de modo disparatado a quantos lhe dirigem a palavra, emendando falas com versos. Por isso, Clarimundo toma o cognome de Cavaleiro Descuidado e ao dizer coisas desencontradas a um grupo de cavaleiros, levou-os a um embate, “um formoso torneio de espadas ferindo cada um a quem o feria, rompendo as armas, perdendo o sangue, tudo por uma tão pequena causa.” Nesse passo, o narrador interfere e adverte sobre os males da ira: “uma faísca acender uma palha, e outra maior, e des hi de grau em grau, até chegar a destruir povos e reinos.”

O livro terceiro introduz-se por uma rubrica na qual se declara: “Começa o terceyro libro da primeyra parte da cronica do emperador Clarymu[n]do: en q[ue] se contã grandes cousas q[ue] o sábio Fanimor profetizou dos reys de Portugal q[ue] delle am de descender. e das traições q[ue] Tobe[m] de Viapa fez: as quaes forã causa de muytas amizades e lianças.” No conjunto da obra, o livro III corrobora e evidencia o aspecto propagandístico e panegírico da obra cavaleiresca de João de Barros. Os cinco primeiros capítulos, sobretudo o capítulo LXXXII no qual se encontra a célebre profecia da Torre de Sintra quer por sua grande extensão quer por sua matéria, configuram-se como um monumento à monarquia portuguesa e

principalmente como *encomium* e celebração dos reinados de D. Manuel I e D. João III. Clarimundo encontra-se nas terras portuguesas e, juntamente com Fanimor, conquista-a das mãos do gigante Morbamfor, numa batalha de grandes maravilhas, com espadas encantadas, sacrifícios a deuses pagãos. Clarimundo, na qualidade de cavaleiro virtuoso e plenamente preparado para os desígnios divinos providencialmente preparados para ele, conquista as terras portuguesas invadidas pelo gigante e conhece, por meio da profecia de Fanimor, os sucessos futuros dos reis de Portugal, seus descendentes.

No capítulo LXXXII, a elocução da narrativa varia entre passagens em prosa e passagens “em metro”, constituídas de oitavas rimas, nas quais se revelam os feitos dos reis portugueses desde Afonso Henriques a D. João III. Nas oitavas, elevadas na matéria e no modo de elocução, os sucessos concentram-se nos feitos dos reis relativos à expansão da Fé e da doutrina cristã e nas conquistas dos povos africanos e asiáticos.²⁸ As oitavas rimas e os vaticínios de Fanimor, em consonância com o teor apologético da narrativa, retoricamente apresentam-se com elocução decorosa adequada às matérias anunciadas no final do segundo livro: “por falar em outras mais altas: a q[ue] he nessçesario os sentidos muy prontos.”

No capítulo LXXIX, quando o sábio Fanimor e Clarimundo aproximam-se por mar das terras portuguesas, a narrativa dramatiza os lugares-comuns de elogio de lugar, descrevendo a natureza segundo as tópicas da *evidentia* latina. A descrição da natureza constitui o cenário decoroso para as ações elevadas e, nesse sentido, as fontes de invenção como

²⁸ Para Fidelino de Figueiredo, na passagem de Fanimor “Há alli uma synthese poética, até na forma, pois o propheta exprime-se em oitavas rimas ou verso heroico, uma synthese poetica da historia anterior aos descobrimentos. FIGUEIREDO, Fidelino. O espírito heroico na obra de João de Barros. In: *A épica portuguesa no século XVI*. Lisboa: INCM, 1993, p. 240. Acerca dessa passagem, Eduardo Lourenço declara que a narrativa de João de Barros é “fonte e espelho do imaginário de uma época e, a esse titulo, base efetiva e afetiva em torno da qual se organiza a leitura épica da aventura histórica das descobertas e conquistas.” LOURENÇO, Eduardo. Clarimundo: da ideologia à simbologia imperial. In: *Cultura-História e Filosofia*, Vol. V. 1986, pp. 61-72.

a *Odisseia* e a *Iliada* fornecem alguns modelos para a composição de lugares, tais como os lugares onde vivem as ninfas, no canto XX da *Odisseia*, na estrofe 124 do canto VI ou na estrofe 205 do canto XVII, ou também a descrição da Ilha das Cabras, no Canto IX da *Odisseia*:

Tudo em sua estação produziria:
Junto à costa oferece regadios
E moles prados; ao vinhedo é própria;
E fofo o solo e para meses pingue.²⁹

A fertilidade evidencia-se pela variedade e fartura dos frutos tal como aparece nos jardins de Alcino, no canto VII da *Odisseia*, no qual há frutas de diversos tipos, revelando a cópia e variedade da natureza. Também compõem estes lugares os ventos e a beleza perene, “onde reina a primavera e sopra o eterno oeste”, tal como se apresenta a Ilha dos Feácios. Como nos mostra Curtius, a descrição da natureza é uma tópica antiga que aparece com diferentes aspectos nas obras de Homero, Virgílio, Ovídio, Teócrito e outros, com efeitos bem práticos na composição de cena no discurso epidítico:

Tanto a eloquência forence quanto a política foram superadas, no fim da Antiguidade, pela epidítica: mas seu sistema sobreviveu, o que provocou naturalmente confusão e mistura dos diversos estilos. Tornamos a encontrar, na poética medieval, os argumentos a loco e a tempore. Mas a descrição da paisagem também comportava a teoria dos argumentos retóricos do discurso epidítico. O tema principal desse gênero de discurso é o elogio. E entre as coisas a serem louvadas, incluem-se as localidades. Podem ser dignas de louvor pela sua beleza, pela sua fertilidade, pela sua salubridade (Quintiliano, III, 7, 27), Na neo-sofística, será então cultivada a descrição (ekfrasis, descriptio) e empregada na paisagem.³⁰

²⁹ HOMERO, *Odisseia*, IX, 97 e segs. trad. de Odorico Mendes.

³⁰ CURTIUS, Ernst Robert. Heróis e soberanos. In: *Literatura europeia e Idade Média latina*, op. cit., pp. 200-201.

O lugar retórico da descrição evidencia-se na própria diegese dos textos e, no caso do *Clarimundo*, a descrição parece atender às necessidades de esboçar o teatro de um acontecimento, aquilo que os gregos chamavam de *topografia* ou os latinos deram o nome de *positus locorum* ou *situs terrarum*, o que lembra a obra de Duarte Pacheco, intitulada *Esmeraldo de situs orbe* e dedicada ao rei D. Manuel, na qual se descrevem as terras conquistadas.

Nessa descrição da natureza, importa observar que se trata de uma tópica da crônica e, retoricamente, desempenha importante papel argumentativo, sobretudo no discurso demonstrativo na medida em que o elogio do lugar torna-se artifício de amplificação da matéria. Nesse sentido, em muitas passagens do *Clarimundo*, a *enargeia* grega ou *evidentia* latina dramatiza-se na descrição da natureza, emulando assim tópicos recorrentes nas narrativas de cavaleiros. Por ora, uma passagem na qual se descreve a chegada dos cavaleiros às terras portuguesas:

Começaram entrar per huu[m] ryo que vinha cuberto daq[ue]llas maçãas e flores: en tatá quãtidade q[ue] empediam as naaos que vinham huu[m]as ante outras cõ vento muy brãdo y gracioso. E entrando já antre as terras começarã as antenas tocar de quando em quando pellas pontas das ramas: e cõ força que levavã sacodiam as flores e fruytas donde se causava hyr o ryo quaihado [de]llas. Pois os rouxinoes e pássaros eram tantos sobre a enxarceas mostrando o prazer daquella vynda: que vê[n]çiam em numero a todallas flores.³¹

Na descrição, a fertilidade (na fartura de frutas) e a beleza (pela cópia de flores e o canto dos pássaros) completam-se na amenidade do clima pela “brandura e graciosidade dos ventos”. Nesse lugar decoroso, reinarão reis virtuosos, segundo as profecias de Fanimor reveladas no capítulo LXXXII. Nele, destacam-se três aspectos encomiásticos da Casa Real: a história dos reis

³¹ *Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem*, cap. LXXIX, fol. CXXVI.

de Portugal de D. Afonso Henrique a D. João III; a apresentação da descendência virtuosa de Clarimundo, cavaleiro de experimentada excelência. O primeiro e o segundo aspectos equivalem-se em certa medida e encontram-se naquela dimensão em que a narrativa fabulosa e a história se confundem. Nesse sentido, na ordenação temporal da narrativa, as palavras de Fanimor são vaticínios de um futuro que o leitor português quinhentista pode concluir como profecia realizada e, portanto, por sua coerência, a história continua fora da narrativa nos feitos de D. Manuel e D. João III, legítimos continuadores das glórias de Clarimundo. Mais, a profecia histórica de Fanimor deslinda a genealogia legitimadora da Casa Real portuguesa e os seus merecimentos junto dos súditos pelo reconhecimento da elevação de sua linhagem.

No que diz respeito às matérias do capítulo LXXXII, observa-se que as oitavas rimas compõem-se de argumentos de duas naturezas principais: as conquistas em nome da expansão da Fé e as virtudes dos reis. Os reis portugueses que desfilam nas oitavas rimas de Fanimor, realizam a expansão, uma das principais prerrogativas reais, de modo justo e merecedor: pela guerra santa ou mais amplamente pelo serviço à Igreja na defesa de sua ortodoxia, seja na luta contra os infiéis maometanos:

Aqueste (D. Henrique) com ferro muy vitorioso
Rôpe[n]do as carnes de cōtos de mouros
Leixara dobras tã grandes tesouros
quanto no çeo estara triumphoso (...)

Paderne, Alvor, Salir, e Loulé,
E Faro sentem já o destroço
Do grande poder, e bravo esforço
Dele (Afonso III), que há-de pugnar pela Fé.

Seja na expulsão ou condenação dos judeus, pela ordenações do reino, como no caso da conversão compulsória e das medidas contra judeus e

mouros do tempo de D. Manuel, condições para o casamento com a princesa castelhana D. Isabel de Espanha:³²

Os maus e ingratos, que a Cristo mataram,
Por ele (D. Manuel) tão santo, e poderoso rei
Serão convertidos tornados à lei.

Ou, mais ainda, a menção ao Milagre de Ourique no qual se evidencia a intervenção divina na história portuguesa na luta contra os inimigos da Fé:

O armas divynas ca quy sereis dadas
Dadas p[or] [Cristo] por mais perfeçã
Ter vos am todos tal veneraçam
Quanto cõ obras sereys exalçadas
Porque pelas terras yreis espalhadas
Banhadas em sangue [de] vossa vitoria
Cobrando dymigos tã grãde memoria
Que sobre todas sereys colocadas.

Assim, o acrescentamento de terra e, sobretudo, a expansão da Fé, única guerra permitida pela Igreja e justificada pelos tratados de educação dos reis, aparece como um dos principais feitos de quase toda descendência de Clarimundo. Ademais, o príncipe húngaro e depois imperador de Constantinopla é o próprio exemplo do combatente da guerra santa e os sinais de seu nascimento prognosticam os seus sucessos contra os infiéis.

Por outro lado, as oitavas rimas de Fanimor, sendo história, revelam-se associadas a uma noção cristã de história para qual contribuem dois elementos fundamentais: a verdade e a providência, como aparece na invocação do exórdio:

O tu immensa e sacra verdade
Verdade da suma e clara potencia

³² Cf. João Paulo de Oliveira e Costa. A expulsão de judeus e mouros. In: *D. Manuel I Um príncipe do Renascimento*. Lisboa, Coleção Reis de Portugal, 2005., p. 83 e segs.

Que mandas q[ue] reges cõ ta; provide[n]cia
As cousas q[ue] obraste na me[n]te e võtade
O trina em pessoas e sôo divindade
Infunde em mym graça pera dizer
As obras tâ grandes q[ue] am de fazer
Os reys portugueses cõ sua bondade.

As palavras de Fanimor, eloquentíssimas, evidenciam a ortodoxia cristã pressuposta entre os envolvidos, a obediência à vontade de Deus, revelada na Providência, o poder que vem Dele e as realizações dos reis como resultado da bondade divina. De toda a narrativa, essa passagem e as palavras de Fanimor, em geral, são fortemente marcadas pela religiosidade, dando ao mago um curioso caráter religioso. A fonte mais imediata é o Merlin do *Orlando Furioso*, igualmente sábio e servidor do Deus cristão.

Assim, a invocação do exórdio mais uma vez enaltece os feitos dos reis de Portugal a serviço da fé cristã, princípio comum das diferentes gerações de monarcas desde D. Afonso Henrique, “Rei enviado por Deus glorioso”; D. Sancho, que o rio de Guadalquivir “com sangue de inimigos escurecerás”; D. Afonso II, “rei de virtudes e obras de zelo”, o “Clemente senhor”, mercedor noutra mundo de “coroa de conquistador”; Afonso III, rei de “grã saber”, “espelho em que todas as armas se poderão ver”; o “justo” Dinis, “nobre”, “Clemente”, “príncipe mui verdadeiro”, “em todas as cousas sabido e prudente”; Afonso IV, “temido, entre infieis e danados pagãos”, “no conto dos cristãos, para sempre louvado, e mui conhecido”; D. Pedro, “o nome de cru”, “o rigor da justiça”, “Verdugo daqueles que males obrar”, até mesmo, D. Fernando, a quem a história mostra como rei malfadado, nas profecias é retratado como aquele que, apesar de ser o primeiro a “sentir tão grave cuidado”, não deixou seu real estado e cercou Lisboa com muro dobrado; D. João, “de boa memória”, “magnânimo rei”, “Rei, que por lei, e povo e grei”, deu seu sangue sem demora; a D. Duarte, D. Afonso V e D. João II elogiam-se as conquistas. No entanto, os elogios mais eloquentes dirigem-se a D. Manuel:

“A fama famosa do grã Manuel”, “tão santo e poderoso rei”, “as terras, mares e toda alma sensitiva sentirá o seu nome”, “poderoso e grande xarife”, “grande vingador paternal”, “príncipe das carapuças vermelhas”, rival de Alexandre Magno, rei de cinquenta reis. Por fim, as oitavas dedicadas a D. Manuel elogiam as navegações, enumeram os lugares conquistados e os reis que à sua vontade foram subordinados.

A certa altura, por meio de uma nova invocação, a profecia trata dos feitos de D. João III, a quem se atribui a “justa justiça do muito clemente”:

El Rey dõ Joam deste nome terçeyro
fara cõ q[ue] vivas em muy verdadeiro
descanso eterno e muyto contente.
E quãdo se vyr em força perfeyta
de ponyr o mal e a quem merecer:
dar galardam por nam perecer
a sua verdade e vya dereyta.
entam sera voz da ovelha açeyta
no meyo dos altos e muy fortes prados
e os mãsos cordeir[os] fart[os] guardad[os]
do lobo danado Ca vida lhe spreyta.

Finalizando os vaticínios por um artifício retórico, mais propriamente, uma tópica de *amplificatio* do indizível e sublime:

Pois tu q[ue] não q[ue]res cõ sono acordar
espera espera huu[m] grande despejo:
o meu [deus] e senhor, quantos obras vejo
em que nam vejo per onde entrar.

As profecias de Fanimor, em consonância com o caráter epidítico da narrativa, revelam-se como lugar de exemplo, de ensinamento pelos modelos dos reis excelentes e seus feitos memoráveis. As oitavas trazem um verdadeiro inventário das conquistas do Venturoso que, como as de seu filho, D. João III, tornam-se proeminentes como valor mais alto porque mais

próximas do tempo de escrita da narrativa. Por fim, ao se tratar das profecias acerca do reinado de D João III, utilizou-se uma das principais tópicas de *amplificatio* e elogio: a tópica do inexprimível, na qual o orador não encontra palavras para louvar convenientemente os feitos joaninos: “quantas obras vejo/ em que não vejo por onde entrar”.³³ Com esse recurso, sinal da destreza narrativa de Barros e da excelência de seus domínios de escrita, os vaticínios finalizam-se como propaganda de maiores glórias, para a honra dos feitos pretéritos. Mais, reforçam o encômio ao rei D. João III, figuração última do Clarimundo, na proporção de suas virtudes e até mesmo nas similitudes que se compôs entre eles.³⁴ De todo modo, é bom lembrar o prólogo da crônica, no qual Barros diz a D. João III: “no tempo deste não menos Cristianíssimo que esforçado príncipe, mostrava uma figura do que os de sua linguagem no seu fariam: porque a ele escolheu Deus para origem dos Reis de Portugal, donde vossa alteza havia de descender (como adiante neste primeiro capítulo se dirá.)”

Nas representações dos reis portugueses da profecia de Fanimor ocorre uma confirmação do destino providencial de Clarimundo e daqueles que dele descendem: figuram-se reis virtuosos, praticantes daquelas virtudes morais de longa duração e exortadas nos inúmeros livros de educação de príncipes, publicados por notáveis letrados da corte de D. João III, como pudemos analisar. Nesse sentido, na maioria das oitavas do capítulo LXXXII, há voltas em torno da matéria bélica, da guerra contra os infiéis e a expansão da Fé.

³³ Cf. Ernst Robert Curtius. Poesia e retórica. In: *Literatura Europeia e Idade Média Latina*, op. cit., pp. 166-167.

³⁴ Isabel de Almeida observa que há similaridades entre os sinais naturais ocorridos no nascimento de Clarimundo e aqueles mencionados por ocasião do nascimento de D. João III, no dia 6 de junho de 1506. Segundo Almeida, nesse dia trovejou e choveu copiosamente, ao contrário do que se esperava para a época do ano. Além disso, houve incêndio no palácio. A similitude, para Almeida, sugere “um destino maravilhosamente providencial para D. João. Em todo caso, mais do que empiria, trata-se de um lugar-comum retórico-poético antiquíssimo para enaltecer o nascimento de homens célebres. Cf. Isabel de Almeida. *Livros portugueses de cavalarias: do Renascimento ao Maneirismo*; op. cit, pp. 446-447.

Ademais, Clarimundo é a garça branca contrária aos nebris infiéis, o cavaleiro casto e justo, o imperador da Constantinopla cristã e invicta “donde desçendem os Reis de Portugal”.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Isabel. **Livros portugueses de cavalaria: do Renascimento ao Maneirismo**. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa: Biblioteca da Universidade de Lisboa, 1998.

BARROS, João de. **Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem**. Lisboa: Germão de Galharde, 1522.

_____. Reimpressão da 1ª edição, 1555.

_____. **Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem**. Lisboa: Antonio Alvarez, 1601.

_____. **Cronica do emperador Clarimundo**. Lisboa: Na officina de João Antônio da Silva, 1791.

_____. **Crônica do Imperador Clarimundo**. Prefácio e notas do prof. Marques Braga. Sá da Costa, 1953.

BRAGA, Teófilo. **Sonetos de Camões**. Lisboa: A Educadora, 1913.

BUESCU, Ana Isabel. **D. João III**. Reis de Portugal. Lisboa: Temas e debates, 2008.

CURTIUS, Ernst Robert. **Literatura europeia e Idade Média latina**. Trad. de Teodoro Cabral e Paulo Rónai. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

DÍAZ-TOLEDO, Aurélio Vargas. **Os livros de cavalaria portugueses dos séculos XVI - XVII**. Lisboa: Pearlbooks, 2012.

_____. A literatura cavaleiresca portuguesa: estado da questão. In: **De cavaleiros e cavalarias**. Por terras de Europa e América. Anais do Congresso Internacional de Matéria de Cavalaria. São Paulo: USP, 2011.

FIGUEIREDO, Fidelino de. **A épica portuguesa do século XVI**. Lisboa: INCM, 1993.

LOURENÇO, Eduardo. Clarimundo: da ideologia à simbologia imperial. In: **Cultura História e Filosofia**, vol. V, 1986, pp. 61 - 72.

HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). **Multiclássicos**. São Paulo: EDUSP, 2008.

HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Odorico Mendes. Edição de António Medina. São Paulo: EDUSP, 1992.

QUINTILIANO, Marcos Fábio. **Intuições oratórias**. Tradução espanhola de Ignacio Rodriguez e Pedro Sandier. Madrid: Libreria de la Viuda de Bernardo e Cia, 1887.

REBELO, Luís de Sousa. **A tradição clássica na Literatura Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SARAIVA, Antônio José. **Para a história da cultura em Portugal**. Lisboa: Europa-América, 1972.

SOTERO DOS REIS, Francisco. **Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira**. 3 tomos. Maranhão, 1866.

WEINBERG, Bernard. **Estudios de poetica clasista**: Robortelo, Escaligero, Minturno, Casteveltro. Edición, selección de textos y prólogo de Javier García Rodriguez. Traducción de Pedro Conde Parrado y Javier García Rodríguez, Arco/Libros, 2003.

Recebido em setembro de 2018.

Aprovado em setembro de 2018.